

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

político, com as suas noções de bem comum e justiça social, é abandonada, orientando-se cada vez mais o Estado por regras empresariais de atuação.

A “libertação” e “empresarialização” da sociedade civil exigem, diz-se, “performances” que o modelo “governamental” não atinge, valorizando-se antes a competência funcional das redes e práticas negociais que abram as políticas públicas ao mercado e a grupos que as giram por critérios de lucro e competitividade. Relações e arranjos flexíveis, como as parcerias público-privadas, exemplificam nesse plano o tipo de cedências aos grupos privados, que a “empresarialização” da vida social multiplicou.

Ao desregulamentar e privatizar, o Estado assume, então, a ideia de “Estado mínimo” e a excelência da gestão empresarial, incorporando o chamado *new public management* e noções de *value for money*, *best practices*, *outsourcing*, *performance indicators*. Enquanto isso, a figura do cliente ou do “colaborador” triunfa sobre a do cidadão e do trabalhador, com a sociedade a privilegiar os indivíduos “empresários de si próprios”, habilitados para contratos, projetos e responsabilidades sucessivos, em nome da universalidade das lógicas mercantis e de uma pedagogia da concorrência que tudo uniformiza a partir do individualismo narcísico e da racionalidade utilitária.

Daniel Francisco

Globalização

Nas últimas décadas, a intensificação extrema das interações transnacionais, desde a mundialização dos sistemas de produção e das transferências financeiras à disseminação, a uma escala global, de informação e imagens através dos meios de comunicação social, às deslocções em massa de pessoas, como turistas, como trabalhadores migrantes ou refugiados, introduziram o termo globalização no vocabulário quotidiano. A verdade é que não existe globalização sem localização. A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival. A globalização do hambúrguer, da língua inglesa, ou dos filmes de Hollywood implica a localização (o particular ou vernáculo) do bolo de bacalhau, da língua francesa, ou dos filmes italianos, respetivamente.

A globalização não se entende sem se conhecerem as forças de poder que a movem. Existe, assim, uma globalização hegemónica, que é movida pelo capitalismo global e pelas indústrias culturais de que ele se apropriou.

Esta vertente da globalização é a versão mais recente da dominação que a Europa, desde há cinco séculos, a América do Norte, desde há dois séculos, e o Japão e a China, desde há décadas, exercem sobre o resto do mundo. As versões anteriores foram o colonialismo e o imperialismo.

Os grupos sociais penalizados ou excluídos por este tipo de globalização começam hoje a organizar-se também de forma global. São um vasto conjunto de redes transnacionais, articulando iniciativas, organizações e movimentos (de operários, camponeses, povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, ecologistas, cooperativistas, defensores de direitos humanos, etc.), que, em diferentes países, lutam contra as exclusões económicas, sociais, políticas e culturais causadas pela globalização. Constituem uma globalização alternativa ou contra-hegemónica, de que a expressão mais conseguida ao longo da última década foi o Fórum Social Mundial. A dimensão profunda da crise portuguesa e europeia constitui um momento privilegiado para repensarmos as potencialidades da globalização contra-hegemónica, mediante um novo pacto socionatural ou socioecológico, imune ao feiticismo do crescimento sem limites, no horizonte de outro modelo civilizacional onde a humanidade se sinta toda ela em casa e a saiba partilhar com a natureza.

Boaventura de Sousa Santos

Grécia

Antigo “berço da democracia” e espaço matricial da identidade europeia como lugar ao mesmo tempo integrador e excludente de povos, crenças e culturas, a Grécia é parte de um passado amplamente partilhado. Nas atuais circunstâncias, é também um indicador de futuro para os países e as populações que mais carregam o peso da crise económica e política. O mundo da finança quis fazer dela um exemplo e, na tentativa de punir o Estado da zona euro que lhe parecia mais frágil, empurrou-a para uma situação dramática, mas transformou-a também no território onde começa a definir-se a alternativa. A Grécia encontra-se pois no centro da tormenta, mas também na vanguarda do combate contra a ditadura financista que está a destruir o Estado social, a ameaçar a sobrevivência de milhões de pessoas, a propagar o desespero, o medo e a guerra de todos contra todos. Nas ruas e praças, como nos espaços de informação, organização e debate, ao lado da cólera emocional desencadeada na tentativa de destruir os símbolos imediatos da